

ABMES **CADERNOS**

Prêmio Top Educacional
Professor Mário Palmério —
20ª Edição

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior



*Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério –
20.^a Edição*

ABMES **Cadernos** **27**



Presidência

Presidente

Gabriel Mario Rodrigues

1º Vice-Presidente

Carmen Luiza da Silva

2º Vice-Presidente

Getúlio Américo Moreira Lopes

3º Vice-Presidente

José Janguê Bezerra Diniz

Conselho da Presidência

Titulares

Candido Mendes de Almeida

Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco

Vera Costa Gissoni

Terezinha Cunha

Paulo Antonio Gomes Cardim

Antonio Carbonari Netto

Celso Niskier

Jouberto Uchôa de Mendonça

Valdir Lanza

Wilson de Mattos Silva

Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho

Suplentes

Fábio Ferreira de Figueiredo

Eda Coutinho Barbosa Machado de Souza

Gislaine Moreno

Alexandre Nunes Theodoro

Antonio Colaço Martins

Conselho Fiscal

Titulares

Paulo Antonio Lima

Eduardo Silva Franco

Luiz Eduardo Possidente Tostes

Custódio Filipe de Jesus Pereira

Débora Cristina Brettas Andrade Guerra

Suplentes

Eliziário Pereira Rezende

Hiran Costa Rabelo

Diretoria Executiva

Diretor-Geral

Fabriceo Vasconcellos Soares

Vice-Diretor-Geral

Sérgio Fiuza de Mello Mendes

Diretor Administrativo

Décio Batista Teixeira

Diretor Técnico

Daniel Castanho

Diretor Executivo

Sólón Hormidas Caldas

Diretora Acadêmica

Cecília Eugenia Rocha Horta

Organizadora

Cecília Eugenia Rocha Horta

Capa

G +

Degração

Revisão

Whang Pontes Teixeira

Editoração Eletrônica

Valdirene Alves dos Santos

Associação Brasileira de Mantenedoras de

Ensino Superior (ABMES)

SCS Quadra 7 Bloco A Sala 526

Edifício Torre do Pátio Brasil Shopping

70 330 -911 Brasília DF

Tel. 61-3322-3252 Fax 3224-4933

www.abmes.org.br abmes@abmes.org.br

P925 Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 20ª Edição /
Cecília Eugenia Rocha Horta, organizadora. – Brasília :
ABMES Editora, 2013.
80 p. ; 21 cm. – (Cadernos ABMES ; 27)

Inclui bibliografia
ISSN 1516-618X

1. Ensino superior - prêmio. 2. Ensino superior – estudos. 3.
Ensino superior – desenvolvimento. I. ABMES. II. Horta, Cecília
Eugenia Rocha.

CDU 378.06.068

Sumário



Apresentação	05
Controle Ambiental da Universidade de Uberaba.....	09
<i>Ana Claudia Chesca</i>	
<i>Marcos Antonio Melo e Oliveira</i>	
Projeto educação e saúde na descoberta do aprender.....	29
<i>Hermínia Maria Lima da Silva</i>	
<i>Carlos Augusto Fernandes Eufrásios</i>	
Esse Rio é Minha Rua: a extensão universitária como instrumento de desenvolvimento sustentável de comunidades ribeirinhas na Amazônia.....	49
<i>Ana Luisa da Veiga Aguilar Rios</i>	
<i>Fernanda Coelho Borges</i>	
<i>Marcella Martins Giordano</i>	
<i>Meline Lisbôa Pereira</i>	
<i>Thais de Melo Ramos</i>	
Normas para apresentação de originais.....	97

Apresentação

Gabriel Mario Rodrigues *

A Comissão Julgadora dos trabalhos encaminhados pelas instituições de ensino superior ao Prêmio Top Educacional Professor Mario Palmério – 20ª edição decidiu por unanimidade conceder o 1.º lugar ao “Programa de Controle Ambiental” apresentado pela Universidade de Uberaba (Uniuibe). Mereceram as menções honrosas os Projetos “Educação e Saúde na Descoberta do Aprender”, da Universidade de Fortaleza (Unifor), e “Esse Rio é Minha Rua”, do Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa).

O “Programa de Controle Ambiental” (PCA) surgiu em meados de 2004 a partir da preocupação da Uniuibe, situada em Uberaba/MG, em adotar um sistema de Gestão Ambiental atento às práticas ecologicamente corretas e socialmente responsáveis. Entende-se que o PCA é uma evolução e sofisticação dos conceitos e estratégias humanas de controle de organismos que impliquem algum tipo de prejuízo à saúde humana, animal e ambiental. O PCA

* Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).
abmes@abmes.org.br

se dá por meio da implantação de ações e medidas de orientação à comunidade escolar e a todos os colaboradores da instituição. O Programa se estabelece pelo trabalho de uma comissão institucionalizada que representa todos os *campi* da Uniube, com ações pertinentes de grande impacto na área de abrangência da Universidade.

O projeto de extensão universitária “Esse Rio é Minha Rua”, desenvolvido pelo Cesupa, localizado na cidade de Belém/PA, tem como objetivo geral fortalecer comunidades ribeirinhas de Bom Jardim e Igarapé do Cabresto, situadas no município de Barcarena, no estado do Pará. As ações consistem não só no fortalecimento dessas comunidades beneficiadas, a partir do aproveitamento dos recursos naturais da região de maneira sustentável, potencializando a geração de renda e melhorando a qualidade de vida dos moradores e das futuras gerações, como também na possibilidade da venda direta do açaí para empresas por um preço justo, por meio do empreendedorismo e da criação de uma cooperativa.

A metodologia inclui cursos técnicos para a gestão dos negócios individuais; educação e acompanhamento constante de saúde da família, por meio de atendimentos nutricionais, fisioterápicos, odontológicos, médicos, exames, medicamentos e palestras.

Em última análise, o projeto visa a: estruturar as comunidades como um todo, em seus diversos segmentos; permitir que os moradores tenham melhores condições de saúde e segurança e que sejam capazes de gerir os seus negócios de forma ecologicamente correta e de analisar, prever e se adaptar às tendências do mercado.

Em suma, os trabalhos premiados na 20ª edição do Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério indicam a preocupação dos seus respectivos coordenadores e de todas as pessoas envolvidas – alunos, funcionários e membros da comunidade – com os problemas sociais presentes nas áreas de abrangência das suas respectivas instituições e com a busca constante de alternativas capazes de contribuir para a melhoria das condições de vida da população, para a preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável.

Brasília, 1.º de outubro de 2013.

Controle ambiental da Universidade de Uberaba

Ana Claudia Chesca¹

Marcos Antonio Melo e Oliveira²

I. Resumo

O Programa de Controle Ambiental (PCA) da Universidade de Uberaba (Uniube) surgiu a partir da preocupação da Universidade em adotar um sistema de Gestão Ambiental atento às práticas ecologicamente corretas e socialmente responsáveis. Entende-se que o PCA é uma evolução e sofisticação dos conceitos e estratégias humanas de controle de organismos que venham a implicar em algum tipo de prejuízo à saúde humana, animal e ambiental. O PCA se dá por meio da implantação de ações e medidas de orientação à comunidade escolar e a todos os colaboradores da instituição. O Programa se estabelece pela atuação

¹ Engenheira Agrônoma. Doutora em Microbiologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Jaboticabal. Coordenadora do Programa Controle Ambiental da Universidade de Uberaba (Uniube). ana.chesca@uniube.br.

² Engenheiro Civil. Mestre em Engenharia de Estruturas pela Universidade de São Paulo (USP). Diretor de Infraestrutura e Coordenador do Programa Controle Ambiental da Uniube. marcos.oliveira@uniube.br.

de uma comissão institucionalizada que representa todos os *campi* da Instituição, com ações pertinentes a cada situação.

II. Apresentação do problema enfrentado

2.1 Diagnóstico local e justificativa

A Universidade de Uberaba (Uniube), instituição sem fins lucrativos, mantida pela Sociedade Educacional Uberabense, remonta ao ano de 1940, quando Mário Palmério funda o Lyceu do Triângulo Mineiro. Com o passar do tempo, a história da Universidade de Uberaba se consolida e a mais significativa das conquistas se dá em 1988: o reconhecimento como Universidade de Uberaba pelo Ministério da Educação. A mudança garante à Uniube a autonomia para a criação de novos cursos. Entre 1989 e 1991 vários cursos foram criados e em 1997, a Instituição dá um importante passo para se firmar também como centro de excelência para o ensino de graduação na área da saúde. O ano de 1997 marca ainda o início do programa de Pós-Graduação da Uniube. O mais recente avanço é registrado em 2000, quando a Uniube põe em funcionamento o seu Programa de Educação a Distância.

Diante da diversidade de atividades desenvolvidas e da grande população flutuante diária presente no *campus*, a Uniube tomou a decisão de analisar e de oferecer água com qualidade adequada aos seus consumidores e assim, as ações ambientais da Universidade se iniciaram em meados do ano de 2000 com o controle de qualidade da água para consumo humano. A partir dessa iniciativa, as

ações se ampliaram e o Programa de Gerenciamento do Controle Microbiológico da Água foi escrito e sistematicamente implantado. Hoje esse programa engloba o controle microbiológico de todos os tipos de água utilizado na Instituição.

Com o passar do tempo e com a percepção da necessidade da adoção de práticas ecologicamente corretas e socialmente responsáveis, a Uniube criou um sistema de Gestão Ambiental instituindo o Programa de Controle Ambiental (PCA), que atua em todos os *campi* da instituição, com ações pertinentes a cada situação e que é composto pelos seguintes segmentos: Controle Integrado de Pragas e Vetores (CIPV) que contém o projeto Universidade Amiga dos Animais; Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS); Programa de Gerenciamento do Controle Microbiológico da Água (PGCMA); Programa de Manutenção de Ar Condicionado (PMAC); Programa do Manejo de Resíduos de Construção Civil (PMRCC).

O PCA da Uniube tem como alvo a comunidade acadêmica e por extensão, a população externa fronteiriça à instituição.

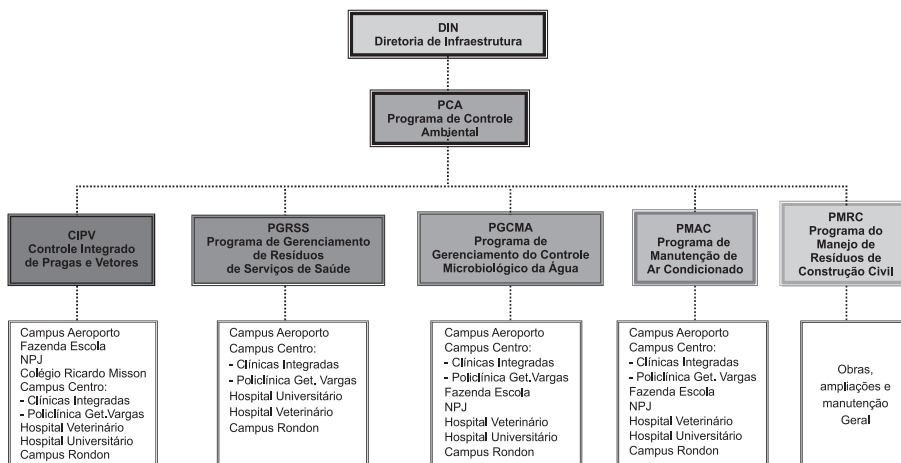
III. Alternativa utilizada para a solução do problema

3.1 Participação da alta direção da instituição

A alta direção da Uniube participa do PCA por intermédio da Diretoria de Infraestrutura, que facilita as condições para execução

das ações pertinentes de cada projeto, conforme mostra o organograma anexo.

ORGANOGRAMA



3.2 Articulação com o ensino e/ou pesquisa

O desenvolvimento desse programa propicia a participação dos alunos de diferentes cursos, conforme a demanda, com ações específicas e pertinentes, o que permite a aplicação das habilidades trabalhadas em disciplinas. A participação do alunado é devidamente registrada e validada pelo Programa Institucional de Atividades Complementares (Piac).

3.3 Equipe envolvida

O PCA desenvolve suas ações por meio de uma comissão permanente, que representa todos os *campi* da Instituição.

Tabela 1. Equipe do PCA

Membros	Função
Ana Cláudia Chesca (Eng. Agrônoma e Doutora em Microbiologia)	Coordenadora
Marcos Antonio Melo e Oliveira (Eng. Civil e Mestre em Estruturas de Madeira)	Coordenador
Cláudio Yudi Kanayama (Médico Veterinário)	Responsável pelo Projeto Universidade Amiga dos Animais e CIPV
Diego Borges de Melo (Enfermeiro)	Representante do Hospital Veterinário de Uberaba
Diego David Guimarães Tosta (Enfermeiro)	Representante da Policlínica Getúlio Vargas
Dirlene da Hora Salles Ribeiro (Engenheira Agrônoma)	Representante do Setor de Jardinagem
Flávia Ana Pacheco (Enfermeira e Especialista em Infecção Hospitalar)	Representante do Hospital Universitário
Luiz Fernando Vaz de Oliveira (Bioterista e estudante da Uniube)	Representante do Biotério da Universidade
Mayra Santana Oliveira (Professora de Educação Física e estudante de Administração)	Secretária PCA
Onezia Augusta Alves (Socióloga)	Representante das Clínicas Integradas
Pablo Gomes Passaglia (Eng. Civil, Tecnólogo em Processamento de Dados e MBA em Gerenciamento de Projetos)	Responsável pelo Programa do Manejo de Resíduos de Construção – PMRC
Patrícia Beatriz Silva Bonfim (Fisioterapeuta)	Representante do SESMT
Viviane Silva Alves (Administradora e MBA em Liderança)	Representante do Hospital Veterinário de Uberaba
Maria Aparecida Soares Barbosa (Administradora)	Representante <i>Campus Rondon</i>

Fonte: Diretoria de Infraestrutura

3.4 Caracterização dos diferentes segmentos do Programa de Controle Ambiental

3.4.1 Programa de Gerenciamento do Controle Microbiológico da Água – PGCMA

O Programa de Gerenciamento do Controle Microbiológico da Água é responsável pela preservação da quantidade e qualidade de todo tipo de água consumida na Instituição.

O primeiro passo do PGCMA foi caracterizar as fontes de abastecimento de cada unidade da Universidade e verificar se o abastecimento era de fonte própria ou oriunda de abastecimento público.

Como a água é um recurso natural de disponibilidade limitada e dotado de valor econômico enquanto bem público de domínio da União ou dos Estados, conforme os artigos 20 e 26 da Constituição Federal, sua gestão é definida por meio de uma Política de Recursos Hídricos, nos termos de Leis Federal e Estaduais. Diante dessa exigência legal, o PGCMA providenciou a outorga dos poços artesianos da instituição, pois a outorga é o instrumento legal que assegura ao usuário o direito de utilizar os recursos hídricos.

Após o levantamento e a ocorrência dos devidos registros para cada unidade da instituição, realizou-se o Memorial Descritivo do fluxo das águas, ou seja, todo o percurso percorrido pela água, após sua captura até seu ponto de utilização. Inclui-se aqui a caracterização de cada caixa d'água das unidades da instituição.

Esses Memoriais Descritivos de cada unidade da Uniube facilitam as eventuais manutenções que possam ser necessárias nas redes de distribuição, bem como controlam as possíveis fontes de contaminação microbiana.

Como nesses Memoriais Descritivos cada caixa d'água está devidamente identificada, seu monitoramento de lavagem é facilitado, pois cada caixa possui sua planilha de higienização que pode ser semestral ou anual, conforme o destino da água.

As caixas d'água que abastecem os locais de prestação de serviços da área de saúde são lavadas semestralmente por empresa especializada e as demais são lavadas anualmente por equipe devidamente treinada, e os registros ocorrem em formulários próprios. Nesses formulários, há campos de registros de observações quanto às condições das caixas que facilitam o trâmite de manutenção, quando necessário.

Os laudos de lavagem de cada caixa d'água fornecidos pela empresa especializada são armazenados juntamente com seus respectivos Memoriais Descritivos.

Os bebedouros de cada unidade da instituição são divididos em bebedouros de pressão e bebedouros de galão, ambos devidamente identificados com placa de patrimônio. Os bebedouros de pressão possuem filtros extras instalados.

Semestralmente, amostras de água de cada bebedouro de pressão são coletadas e enviadas ao Laboratório de Microbiologia de

Alimentos da Instituição, onde as análises são realizadas segundo métodos propostos por Vanderzant e Splittstoesser (1992); caso ocorra resultado em desacordo com os padrões legais estabelecidos para água potável segundo legislação vigente, ocorre a busca pela falha e medidas corretivas são adotadas, inclusive com a troca imediata de filtros, independentemente do seu prazo de validade. Cada bebedouro recebe uma etiqueta adesiva informando que o equipamento passa pelos controles de higienização e manutenção.

Quanto à higienização, os bebedouros de pressão são higienizados diariamente por funcionário devidamente treinado e, periodicamente, encaminhados para manutenção preventiva, onde ocorre a substituição de filtros internos e mangueiras.

Quanto aos bebedouros de galão, estes são abastecidos por galões de água de captação própria. Esses galões são envasados com água potável, devidamente lacrados e uma amostra representativa é encaminhada para análises microbiológicas. De posse dos resultados, esses galões são expedidos conforme a demanda dos diversos setores da Instituição. A solicitação é devidamente registrada em formulários próprios.

A Uniube possui a sua própria captação de água e para isso construiu a Sala das Águas. Nesse local, de acesso restrito, os galões são higienizados, envasados, lacrados e recebem o selo de data de envase e prazo de validade. Esse selo foi devidamente desenvolvido pela gráfica da instituição, pois é à prova de água. O profissional que realiza essas atividades é periodicamente treinado. A Uniube

optou pela construção de sua Sala das Águas após uma observação sistemática, e de vários anos, da qualidade microbiológica das águas minerais que adquiria e chegou à conclusão que sua água era de melhor qualidade.

Os bebedouros de galão são higienizados em cada troca e periodicamente recebem o mesmo tratamento dispensado aos bebedouros anteriormente descritos.

No *campus* Aeroporto, há duas piscinas que são destinadas ao curso de Educação Física e outras atividades pertinentes. Uma possui capacidade para 807,5m³ e a outra para 365,7m³ de água. Essas piscinas passam por tratamento semanalmente e imediatamente amostras são coletadas por funcionário devidamente treinado e as análises microbiológicas são realizadas no Laboratório de Microbiologia de Alimentos da Instituição. Caso ocorra resultado em desacordo com os padrões legais estabelecidos para balneabilidade, ocorre a busca pela falha e medidas corretivas são tomadas.

3.4.2 Programa Controle Integrado de Pragas e Vetores – CIPV

Em paralelo às atividades voltadas para o controle de água, instituiu-se o Programa Controle Integrado de Pragas e Vetores (PCIPV). Entende-se que o controle integrado de pragas e vetores é uma evolução e sofisticação dos conceitos e estratégias humanas de controle de organismos que venham a implicar algum tipo de prejuízo à saúde humana, animal e ambiental.

A estrutura do Controle Integrado de Pragas e Vetores foi criada

visando a minimizar o uso abusivo e indiscriminado de praguicidas. O programa prevê, por meio de ações preventivas e corretivas, eliminar os focos de infestações de pragas. O CIPV é implementado de acordo com as necessidades e características de cada setor e unidade da Uniube. Periodicamente ocorre uma visita técnica nos diferentes setores da instituição, onde é gerado um relatório de inspeção e a partir desse relatório, caso necessário, medidas corretivas e preventivas são providenciadas.

O CIPV abrange as seguintes etapas: inspeção; educação ambiental; controle da qualidade; monitoramento da área tratada e intervenções físicas, biológicas e químicas, sendo que a química ocorre em último caso, e dependendo da praga.

Nesse programa, alunos do curso de Medicina Veterinária atuam no combate ao caramujo africano, molusco introduzido ilegalmente no Brasil entre 1988 e 1989, e que se alastrou por grande parte do território, tornando-se praga. O caramujo africano é um hospedeiro intermediário de duas espécies de nematóides: um, que pode ocasionar a angiostrongilíase abdominal e a outra, que pode transmitir o nematóide, causador da angiostrongilíase meningoencefálica ao homem. Diante desse risco, os alunos, devidamente treinados pelo professor do curso de Medicina Veterinária, realizam a coleta. O material é pesado para registros da incidência de infestação sendo posteriormente descartado, de acordo com as orientações do professor responsável e com as normas legais de descarte.

Ultimamente o CIPV tem concentrado sua atenção no combate

ao mosquito da dengue com campanhas, sensibilização de seus funcionários, participação de ações junto à prefeitura do município e, nesse caso em especial, com a aplicação de inseticida recomendado, por funcionário devidamente treinado. Trata-se de uma situação que tem exigido atenção, pois Uberaba está entre os municípios do Triângulo Mineiro com maior número de casos notificados.

O *campus* Aeroporto, localizado na área urbana do município de Uberaba/MG, possui uma área de cerca de 326.162,00m² e apesar de devidamente delimitado por um muro, possui diversos portões de acesso, tanto para pedestres como para veículos, o que permite a entrada de cães errantes, expondo a comunidade universitária ao risco de transmissão de zoonoses, agressões por mordedura e acidentes de trânsito (por atropelamento). Diante desse quadro, o Médico Veterinário e professor Cláudio Yudi, membro da comissão do PCA, instituiu o Projeto Universidade Amiga dos Animais, com o apoio da Diretoria de Infraestrutura institucional e desenvolvido com a participação dos alunos interessados em participar de ações voluntariadas. O projeto tem como base os cuidados necessários com os animais errantes e o desenvolvimento da conscientização da posse responsável. Os animais errantes são capturados, recebem cuidados relacionados à sua saúde, são castrados no Hospital Veterinário da Uniube e mantidos em canil, onde são socializados para posterior adoção. O projeto conta com apoio da equipe de marketing da instituição, para realização das campanhas de conscientização sobre adoção responsável.

Campanhas de esclarecimento são desenvolvidas e divulgadas no

site do programa e também por *banners* fixados nas dependências da Universidade. Dentre essas campanhas de esclarecimento, cabem destaque a de minimizar a permanência de cães nos *campi*, e a de prevenir o surgimento de escorpiões.

3.4.3 Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS

Com a publicação da Resolução RDC nº 306 de 07 de dezembro de 2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e posteriormente a de n.º 358 de 29 de abril de 2005 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que estabelecem as diretrizes do gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde (RSS), a Universidade de Uberaba constituiu a equipe responsável por esse gerenciamento nas unidades pertinentes.

O gerenciamento dos Resíduos de Serviço de Saúde (RSS) é constituído por um conjunto de procedimentos planejados e implementados a partir de bases científicas, técnicas e normativas legais, com o objetivo de minimizar sua produção e proporcionar àqueles gerados um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores, à preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente. Essas ações do gerenciamento do RSS ficam a cargo do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar, do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar Veterinário e do Serviço de Controle de Infecção Odontológico e Coordenação dos Laboratórios.

Todos esses serviços possuem suas comissões próprias,

responsáveis pela execução das ações pertinentes e todas devidamente nomeadas e com seus regimentos internos atualizados. As ações de gerenciamento do RSS são tomadas segundo legislações vigentes e sempre em consenso com o PCA.

3.4.4 Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS

A gestão integrada de resíduos deve priorizar a minimização da geração e o reaproveitamento dos resíduos, a fim de evitar os efeitos negativos sobre o meio ambiente e a saúde pública. A implantação de processos de segregação dos diferentes tipos de resíduos em sua fonte e no momento de sua geração conduz certamente à minimização de resíduos, em especial àqueles que requerem um tratamento prévio à disposição final.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos foi elaborado para que a Uniube possa manejar adequadamente todos os seus resíduos sólidos gerados, atendendo as legislações em vigor.

A coleta seletiva já ocorre em diversas unidades da Universidade, sendo que os resíduos de papel, latas de alumínio, ferro, cabos de cobre e outros recicláveis são segregados parcialmente e recolhidos por associações comunitárias ligadas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

3.4.5 Programa de Manutenção de Ar Condicionado – PMAC

Recentemente o PCA implantou na instituição o Programa de Manutenção de Ar Condicionado que tem como objetivo fornecer uma boa qualidade do ar em ambientes de interiores climatizados e promover saúde e conforto aos ocupantes desses ambientes.

Em se tratando de legislação, o Ministério da Saúde sancionou a Portaria nº 3.523/GM, de 28 de agosto de 1998, que aprova o Regulamento Técnico contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, para garantir a qualidade do ar de interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados.

O Programa de Manutenção de Ar Condicionado possui um funcionário devidamente treinado que efetua a limpeza dos equipamentos, observa se há necessidade de eventuais manutenções e se a ação é devidamente registrada.

Também é previsto no programa outros cinco tipos de manutenções preventivas que ficam a cargo do setor de manutenção em refrigeração, com agendamento e periodicidade estabelecida no PMAC. Para esse serviço, a Universidade conta com equipe técnica apropriada e mantém contrato de parceria com empresa especializada nesse trato.

3.4.6 Programa do Manejo de Resíduos de Construção Civil – PMRC

O Programa do Manejo de Resíduos de Construção Civil busca a sustentabilidade e o alinhamento com a Resolução nº 307/2002/Conama e a Lei nº 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos.

Por meio do projeto, é possível identificar os problemas relacionados aos resíduos da construção civil e buscar maneiras de reduzir, reaproveitar e dar a destinação correta ao resíduo gerado nas obras. A implementação da reciclagem dos resíduos de obras permite a sua redução a níveis mínimos.

IV. Descrição dos resultados alcançados

A atuação contínua e dinâmica do PCA apresenta resultados continuados e crescentes e impulsiona a equipe a buscar mais e mais ações para a preservação ambiental.

Percebe-se também que a implantação dos programas contribui de forma determinante na qualidade de vida de toda a comunidade acadêmica e da população do entorno da Instituição.

Há uma carência de programas dessa envergadura na cidade e, conseqüentemente, ocorre não só uma grande procura da equipe do PCA pelos órgãos municipais, como também permite a participação de membros da equipe do PCA em comitês municipais.

Observam-se ganhos sociais importantes no aprimoramento da mão de obra envolvida e na conscientização dos futuros profissionais (estudantes).

A partir da implantação de todas as áreas de atuação do PCA percebe-se hoje uma diminuição significativa da utilização de produtos químicos, redução de custos com o consumo de água mineral, utilização racional dos filtros dos bebedouros, equilíbrio do número de animais errantes no *campus*, diminuição de ocorrências de dengue no *campus*, aumento da vida útil dos condicionadores de ar, diminuição de infecção hospitalar e odontológica, redução dos custos com a coleta do lixo infectante por empresa especializada, envolvimento de alunos, dentre outros. A gestão do PGRSS dos hospitais da instituição foi considerada modelo junto à Vigilância Sanitária do estado de Minas Gerais.

Com a Implantação do PCA ocorreu a geração de empregos diretos e indiretos. Hoje o PCA conta com uma secretária exclusiva e um encarregado pela Sala das Águas.

Como o PCA já se tornou um programa institucional, não há possibilidade de haver um retrocesso nas ações desenvolvidas e propostas. A meta é ampliar a atuação, com a implantação de novos projetos e a manutenção e aprimoramento dos existentes. No momento, há estudos e testes de utilização de energias alternativas, associadas à redução do consumo de água e à implantação de novas tecnologias de produção energética.

Com o projeto atual, foi construído reservatório enterrado para captação de águas pluviais e de águas oriundas do processo de hemodiálise, com capacidade de 50.000 litros, que se destina ao abastecimento de descargas dos sanitários do novo Hospital Universitário e à irrigação de jardins.

Quanto ao orçamento, a Diretoria de Infraestrutura estabelece verba anual para o desenvolvimento das ações pertinentes. Para o ano de 2013, está previsto um orçamento de 32 mil reais, aproximadamente, para suprir despesas básicas, não incluindo investimentos, pois estes são negociados e provisionados à parte.

V. Referências

BRASIL. Lei nº 12.305, de 12 de fevereiro de 1998. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em <<http://www.abes-dn.org.br/camresiduos/docs/lei-12305.pdf>>. Acesso em: 21 maio. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria nº3.523, de 28 de agosto de 1998. Aprova o Regulamento Técnico contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, para garantir a qualidade do ar de Interiores

e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados. *Diário Oficial [da] República do Brasil*, Brasília, DF, 28 de agosto de 1998. Disponível em <http://www.labnacional.com.br/sites/all/themes/danland/legislacao/Portaria3523_1998.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC nº 12, de 2 de janeiro de 2001. Regulamento Técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2 de jan. 2001. Disponível em <<http://www.anvisa.gov.br/legis/portarias/451-97.htm>> . Acesso em: 21 maio. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria nº 1.469 de 29 de dezembro de 2001. Norma de Qualidade da Água para Consumo Humano. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2 de jan. 2002. Disponível em <<http://www.anvisa.gov.br/legis/portarias/451-97.htm>>. Acesso em: 21 maio. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução – RDC nº 307, de 5 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 de julho. 2002. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307>>. Acesso em: 21 maio. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, nº 237, seção 01, de 10 de dez. de 2004. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0306_07_12_2004.html> Acesso em: 21 maio. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução – RDC nº 358, de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República sdo Brasil*, Brasília, DF, 04 de maio de 2005. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res05/res35805.pdf>>. Acesso em: 21 maio. 2013.

VANDERZANT, C.; SPLITTSTOESSER, D. F. *Compendium of methods for the microbiological examination of foods*. 3.ed. Washington: American Public Health Association, 1992. 1219 p.

Projeto educação e saúde na descoberta do aprender

Hermínia Maria Lima da Silva¹

Carlos Augusto Fernandes Eufrásios²

Resumo

O “Projeto Educação e Saúde na Descoberta do Aprender” implementado pela Unifor, instituição localizada na cidade de Fortaleza/CE, busca amenizar a dor, a angústia e a ansiedade de crianças, jovens e idosos que se submetem ao tratamento renal, via hemodiálise. O projeto, implementado desde o ano de 2000, oferece ainda aos pacientes



Universidade de Fortaleza

-
- 1 Graduada em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestra em Letras pela Universidade Federal do Ceará (UFCE). Doutoranda em Linguística também pela UFCE. Professora assistente da Universidade de Fortaleza (Unifor).
 - 2 Graduado em Direito pela UFCE (1981). Mestre em Direito Ambiental (Direito e Desenvolvimento) pela UFCE. Professor assistente da Unifor. eufrasio@unifor.br

que não têm acesso regular à escola, devido às limitações impostas pela doença, a oportunidade de adquirir conteúdos básicos do ensino fundamental. Essas importantes linhas de ação se desenvolvem em três clínicas vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) – Instituto do Rim, Instituto de Doenças Renais e Policlínica do Rim, nas quais os alunos prestam serviços diários e contribuem sobremaneira, para a formação de profissionais conscientes e aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Introdução

Compreender a Universidade envolve um complexo processo de desenvolvimento de objetivos, a partir da definição de metas voltadas ao aprimoramento profissional, difusão do conhecimento, disseminação do aprendizado e contribuição social, na forma de prestação de ações e serviços à comunidade.

A partir de uma rede de ações estruturadas, o resultado não pode ser outro senão o pleno desenvolvimento acadêmico, seguido da formação de profissionais, atentos às demandas sociais. Sob tal enfoque, o ato de pensar o contexto universitário consiste em admitir a grande diversidade de ações que pode ser proposta, considerando aspectos teóricos e práticos para a construção de um profissional habilitado e atualizado às necessidades do seu meio, ativo e perspicaz na resolução das mais diversas questões. Pensar a Universidade é atuar em conformidade com a indissociável tríade ensino, pesquisa e extensão universitária, abrangendo, de tal maneira, a plenitude da educação superior.

As relações internas estabelecidas entre extensão e outros fazeres de cunho acadêmico denotam estreita consonância com a realidade social em que o contexto universitário está inserido, evidenciando, ainda, a complexidade que envolve as ações de uma instituição que, muito além do ensino, deve desenvolver e abraçar causas voltadas à ressignificação da condição de indivíduo e promover o resgate da cidadania. Tais ações, tendem a atingir o plano da concretude quando efetivadas pela extensão, na forma da atuação conjunta que lhe é própria.

Uma das maiores preocupações sob a dimensão da inclusão social consiste na aplicação eficaz de práticas relacionadas ao acesso, à justiça material, que compreenda o alcance dos direitos mais fundamentais ao indivíduo, como o direito à igualdade. Entretanto, o imperativo do tratamento igualitário se depara com exclusões de toda sorte, que impingem uma nova ótica de atuação da sociedade, em especial da universidade, que deve assumir uma conduta diferenciada, com atuação mais abrangente e profundamente conectada às demandas sociais. A função social da universidade compreende a articulação entre o aprendizado teórico do corpo discente e a experimentação prática. Nesse sentido, torna-se possível vislumbrar a participação de alunos em ações voltadas à administração de demandas sociais complexas, em um contexto de prestação de serviços à comunidade e promoção da inclusão.

O combate à exclusão se materializa com a adoção de práticas direcionadas à minimização de seus efeitos, a partir da implementação de mecanismos hábeis ao desenvolvimento de pessoas e à construção de espaços de debate, capazes de

impulsionar a reflexão para a ação propriamente dita. Os indicadores sociais das comunidades circunvizinhas à Universidade de Fortaleza (Unifor), por exemplo, evidenciam a urgência por iniciativas que proclamem um novo relacionamento entre universidade e comunidade, de maneira mais participativa e atuante na redução das desigualdades de acesso à educação, à dignidade, aos direitos sociais.

Nesse sentido, urge elucidar a importância da educação inclusiva e cidadã como instrumento capaz de emancipar o ser humano, fortalecendo-o, e conferindo-lhe a necessária autonomia para deliberar sobre temas de interesse coletivo. As práticas de fortalecimento do cidadão servem ao mesmo como elemento de valorização individual, reinserindo-o em uma perspectiva de exercício da dignidade que lhe ser inerente. Servem, ainda, à equalização de sujeitos permitindo-lhes o acesso ao emprego e renda.

A busca pelo acesso à justiça material se insere na estrutura básica da sociedade, evidenciando a urgência pela atuação conjunta de instituições e do tecido social em prol do resgate da igualdade de acesso a benefícios³ (RAWLS, 1981).

A universidade deve definir suas atividades com base em três premissas: prestação de serviços à comunidade; relação entre ensino e pesquisa; e integração entre a atividade acadêmica e social. Tais premissas ensejam a necessária capacidade de organização e articulação para o desenvolvimento social, sem se confundir com o mero assistencialismo. A urgência por práticas inclusivas,

3 3 RAWLS, John. Uma teoria da justiça. Tradução: Vamireh Chacon. Brasília: UnB, 1981.

impulsionadas pelo próprio movimento social, devidamente fortalecido, pugna pela garantia de direitos essenciais e pela construção de um patamar mínimo de igualdade entre indivíduos, além de formar a ideia de emancipação cidadã aliada à necessidade por ações sociais efetivas⁴.

Destaque-se que “a igualdade presente na esfera pública é, necessariamente, uma igualdade de desiguais que precisam ser igualados sob certos aspectos e por motivos específicos”⁵. A educação inclusiva e cidadã, sob o contexto da capacitação profissional, retira o indivíduo do alheamento quanto às prerrogativas sobre as quais detém titularidade e inserindo-o na descrição do texto constitucional que enuncia, como direito, o acesso à justiça material, ou seja, à concretude dos direitos fundamentais como o acesso ao trabalho e à inclusão. Os obstáculos econômicos, sociais e culturais ao efetivo acesso à justiça material nas camadas menos favorecidas da população brasileira evocam, necessariamente, meios ou condições urgentes para realizar a cidadania. Portanto, o acesso à justiça material representa, em primeiro lugar, o resgate da cidadania.

A cidadania é constituída pelos direitos que permitem o exercício da liberdade individual. Resta evidente que a informação é um dos elementos essenciais para que o indivíduo possa exercer plenamente o direito de acesso ao trabalho que depende de uma formação profissional específica e de constante aprendizado.

4 CARBONARI, Maria Elisa Ehrardt; PEREIRA, Adriana Camargo. *A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade*. Set. 2007, on line.

5 ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

A educação inclusiva na seara da capacitação para o exercício profissional, que possua como escopo a promoção da cidadania, gera por conseguinte o empoderamento humano, a proteção ao princípio da dignidade humana e seus fundamentos. Permite ainda que pessoas oriundas de comunidades em situação de risco social se tornem atuantes na defesa e proteção de seus direitos, entusiastas e multiplicadoras dos conhecimentos adquiridos, e que resgatem o seu papel de cidadãos detentores de direitos e cientes de seu papel social. O elemento social, por sua vez, mais abrangente, se refere à busca por um patamar mínimo de igualdade entre indivíduos com a garantia de bem-estar, direito de participação e acesso à educação.

Justificativa – contextualização social

A Insuficiência Renal Crônica (IRC) é caracterizada por uma perda da função renal, que ocorre de forma lenta e gradual até o ponto em que os rins não se mostram mais capazes de executar suas funções normais, de excretar as toxinas, de manter o equilíbrio corporal da água e eletrólitos e de produzir hormônios. Muitas vezes, os sintomas inexistem



Aluna voluntária da Unifor em atendimento a paciente da Policlínica do Rim

até que a função renal chegue a níveis inferiores a um décimo do

normal. Acomete duas em cada dez mil pessoas e suas causas mais comuns são as Glomerulonefrites, Hipertensão Arterial, Diabetes Mellitus, Rins Policísticos, Cálculos Renais, Pielonefrites entre outras.

No Ceará, a causa mais comum de IRC é a Hipertensão Arterial com 21,6%, seguida pelo Diabetes com 17,5% (SESA, 2001).

A disfunção renal nos seus estágios finais compromete o funcionamento de muitos órgãos e sistemas, provocando nos pacientes sintomas sistêmicos, como a perda de peso, náuseas, vômitos, fadiga, dor de cabeça, soluços, hipertensão arterial, palidez, impotência sexual, hálito urêmico (odor de urina), deformidades ósseas, dentre outros.

O tratamento dos estágios finais da insuficiência renal pode ser realizado de duas formas: diálise ou transplante. A diálise pode ser realizada de duas maneiras distintas: diálise peritoneal (APD e CAPD) e hemodiálise.

A diálise peritoneal usa a membrana peritoneal como um filtro natural, que em contato com uma solução especial, colocada no abdome através de um tubo (cateter), é capaz de promover a retirada de escórias, e gerar o



Aluna bolsista da Unifor em atendimento a paciente do IDR, Instituto de doenças Renais

equilíbrio de líquido e eletrólitos. A modalidade terapêutica que mais agrega paciente é a hemodiálise.

No Ceará, 96,5% dos pacientes fazem uso da hemodiálise regularmente. Ela consiste em circular o sangue por meio de uma máquina. O sangue passa através de uma membrana semipermeável, que remove o excesso de líquidos, equilibra os eletrólitos e remove as toxinas. Para a realização desse tratamento, é necessária a confecção cirúrgica de um acesso venoso chamado fístula arteriovenosa. Para um grande número de pacientes, a hemodiálise é vista, a princípio, como uma possibilidade real de vida, haja vista que muitos deles iniciam o tratamento em situações de extremo sofrimento físico e logo após a primeira sessão já se configura um grande alívio dos sintomas. “Ao entrar para um programa de hemodiálise, o urêmico vislumbra a possibilidade de prolongar a vida. Paralelamente, no entanto vai havendo, e talvez na mesma proporção, um decréscimo na qualidade de vida” (MELETI, 1988).

Dados da Secretaria de Saúde do estado do Ceará referentes ao mês de abril de 2001 indicam que, aproximadamente, 1.611 indivíduos são acometidos por insuficiência renal crônica em todo o estado. Destes, 1.556 apresentam como modalidade terapêutica a hemodiálise, 11 fazem diálise peritoneal intermitente (APD) e 29 utilizam CAPD.

Os pacientes adolescentes são encaminhados quase que exclusivamente para duas clínicas na capital, perfazendo um número atual nessas instituições de 19 sujeitos com idades entre 13 a 18

anos. Em todo o estado, existem 18 unidades de diálise, sendo 12 na capital e 6 no interior.

O Transplante Renal consiste em implantar um rim saudável no paciente renal crônico. O rim pode vir de um doador relacionado (pai, mãe, irmãos), ou de um cadáver. Após o transplante, o paciente deverá usar drogas para evitar a rejeição do órgão enquanto o mesmo estiver funcionando.

No que se refere à terapêutica aplicada no tratamento da IRC, “o sujeito é exposto a um severo regime terapêutico, que gera estados estressantes, no nível total e real da máquina conjuntamente com alterações em seu estado de saúde; distúrbios somáticos, doenças secundárias e restrições das mais variadas” (MELLETTI, 1988).

O sujeito que sofre de insuficiência renal crônica apresenta algumas características que são inerentes às condições de vida que ele tem que enfrentar. Segundo LIMA (1983), esses pacientes apresentam “um regime de vida artificial”.

Um aspecto extremamente importante presente na rotina do renal crônico é a dependência da máquina e da equipe de saúde responsável pelo tratamento. O paciente começa a incorporar na sua rotina as visitas semanais à instituição para realizar o tratamento. Sua relação com a equipe é bem próxima, haja vista que se encontra acompanhado sistematicamente pelos profissionais por meio de dietas, medicamentos e procedimentos.

Ao mesmo tempo em que causa dores e incômodos físicos, o tratamento é a única possibilidade de manter o sujeito vivo, para que ele possa buscar o transplante e finalmente sair dessa condição de

doente crônico. “O desejo do transplante renal está presente em todos os pacientes renais crônicos em diálise, os quais ‘sonham’ com ele como se fosse a ‘tábua de salvação’, a perspectiva de uma ‘nova vida’. Para alguns, a hemodiálise só é tolerável por haver tal possibilidade” (PALOMBINI, 1985a).

Outro ponto relevante no cotidiano do renal crônico é a confrontação com as inúmeras perdas sofridas diante das características típicas da doença. “A doença crônica, além do transtorno orgânico envolvido, implica ao sujeito nova trama de sentidos subjetivos e significações que atinge tanto sua configuração subjetiva quanto sua condição social, processos envolvidos de forma permanente dentro dos processos de subjetividade social e individual” (REY, 1999).

Primeiramente, é observada a perda de um corpo saudável e ativo. Em relação aos adolescentes, esse aspecto é muito marcante, pois se veicula uma imagem dos jovens como seres saudáveis e dispostos a qualquer aventura. O adolescente renal crônico, ao contrário, se depara com perda de energia, fraqueza generalizada e diminuição da concentração, o que pode comprometer a representação da sua imagem corporal. A perda da participação dos grupos sociais também é algo extremamente significativo. Frequentemente, no início da doença, os pacientes ainda são bem assistidos pelos amigos, mas com o passar do tempo este isolamento torna-se inevitável. A dificuldade em frequentar a escola é muito presente, pois o adolescente necessita de longos períodos de tempo para a diálise e tratamento das possíveis intercorrências.

Perceber-se como paciente renal crônico possibilita a emergência de sentimentos conflituosos reforçados pelas características

específicas da doença. O paciente encontra-se privado da garantia de saúde, pois passará, possivelmente, toda a vida atrelada a medicamentos, dietas rigorosas, dependência da máquina, dentre outras. “A especificidade da IRC é que seu diagnóstico não marca uma expectativa de cura, a devolução do estado de saúde, mas uma passagem irreversível ao mundo dos doentes” (LIMA, 1983). Os problemas emocionais decorrentes dos pacientes renais se associam, dentre outros aspectos, a dois pontos fundamentais: a revelação de uma ameaça à integridade de seus rins e a conscientização da possibilidade de morte e de dependência do tratamento, conforme já foi abordado acima.

Dentre os fatores emocionais mais evidentes no renal crônico, pode-se observar a depressão, a tentativa de suicídio, o comportamento não cooperativo, a ansiedade exacerbada e o medo da morte. A depressão é citada por muitos autores como uma característica bem marcante. “A complicação psicológica mais comum nos pacientes em diálise é frequentemente uma resposta a perdas reais, ameaças de perda ou perdas imaginárias. As manifestações incluem humor depressivo persistente, uma fragilidade da autoimagem, e sentimentos de desesperança” (DAUGIRDAS & ING, 1988). Juntamente com a depressão, a não adaptação ou a dificuldade em aderir ao tratamento aparece como sintomas de extrema relevância para esse grupo. Um aspecto proveniente da depressão diz respeito ao grande número de tentativas de suicídios entre os renais crônicos, tanto de forma ativa quanto de maneira passiva, como a desistência do tratamento. “Tal atitude expressa a total insatisfação em relação às condições de vida, em relação à impossibilidade de ser como antes e de vencer as agruras da vida”

(PALOMBINI, 1985b). Todas essas características estão relacionadas à ameaça de morte evidente sofrida pelo paciente renal crônico.

Porém, vale ressaltar que nem todos os pacientes visualizam a doença como um sinônimo de morte, cabendo a cada sujeito dar uma nova significação de sua condição a partir de suas experiências subjetivas. “O sentido subjetivo que a doença terá, dependerá em grande medida dos recursos subjetivos do sujeito, das alternativas desenvolvidas por ele/ela perante a doença, assim como da forma em que o sujeito consiga manter suas atividades sociais e profissionais, assim como as redes de sua vida social!”

Um problema enfrentado pelos adolescentes renais crônicos diz respeito ao seu distanciamento das atividades escolares devido à rigidez e grande absorção do tratamento. O jovem encontra dificuldades para acompanhar as atividades pedagógicas propostas pela escola, pois reserva muito tempo para seu tratamento na clínica, tendo ainda que sustentar o desconforto físico proporcionado pela administração de várias substâncias durante o período em que se encontra ligado à máquina quando retorna para casa. Este fato pode comprometer desenvolvimento afetivo e cognitivo, do adolescente já que ele se encontra privado da escola, que é um espaço onde participa de um processo de socialização gradual bem como de aquisição de conhecimentos formais que proporcionarão maior ampliação da forma de compreensão do mundo pelos adolescentes.

A grande maioria dos adolescentes sofre mudanças físicas com o decorrer do tempo, como cicatrizes, atrofia óssea, problemas

dermatológicos, dentre outras. Todas essas modificações podem comprometer o relacionamento do paciente com seus companheiros e promover a emergência de sentimentos de inferioridade, o que muitas vezes leva a um isolamento social.

Em relação à postura dos familiares frente à doença do jovem, observa-se uma superproteção, o que geralmente cria situações desagradáveis. À medida que o adolescente vai buscando sua independência, o cuidado exacerbado da família com a doença e o tratamento o fazem sentir cada vez mais dependente. É importante que os familiares encorajem o paciente para que ele prossiga de uma forma natural, dentro das limitações colocadas em cada caso.

A partir das considerações acima, acreditamos ser relevante desenvolver um trabalho com essa população, como forma de construir elementos que possibilitem maior compreensão do processo crônico do adoecer numa parcela que é representada como sinônimo de saúde e longevidade.

Atuação e resultados do projeto

O Projeto Educação e Saúde, uma parceria da Fundação Edson Queiroz com os Institutos do Rim e de Doenças Renais e com o Centro Integrado de Diálise, trabalha com duas das principais necessidades básicas do indivíduo – saúde e educação. Desde 2000, o projeto proporciona a alfabetização de crianças, jovens, adultos e idosos nas próprias clínicas enquanto os pacientes realizam a hemodiálise. As atividades do projeto são direcionadas para dois objetivos: suprir a deficiência na formação escolar e amenizar, por

meio de exercícios lúdicos, o sofrimento desses pacientes durante o tratamento.

Os objetivos específicos do projeto são, dentre outros:

- Proporcionar à clientela a aquisição de conteúdos lógicos e matemáticos pela vinculação afetiva do processo de ensino-aprendizagem, considerando as limitações de cada aluno;
- Favorecer nas crianças e adolescentes a aquisição de conhecimentos na área de linguagem oral e escrita e dos conceitos matemáticos;
- Sensibilizar os pais a trabalharem com seus filhos, aprendendo a respeitar a iniciativa e a produção das crianças.

Esse trabalho vem sendo executado dentro do enfoque experimental, utilizando recursos da Psicopedagogia na ação pedagógica, facilitando o processo ensino aprendizagem dentro do ambiente da clínica de hemodiálise.



Aluna voluntária da Unifor em atendimento a paciente da Policlínica do Rim

As atividades são desenvolvidas na própria clínica durante as sessões de hemodiálise, com duração de três horas e abordam os

seguintes temas: ludicidade, linguagem oral e escrita e conceitos matemáticos. Também é realizado acompanhamento individual e em grupos, proporcionando interações familiares.

Diante dos relatos adquiridos nas entrevistas, pode-se perceber como alguns adolescentes compreendem o que vem a ser o projeto e sua repercussão no ambiente institucional aonde vem sendo executado.

Vale ressaltar que o material apresentado não tem como finalidade generalizar os sentimentos de todos os adolescentes que são beneficiados por essa iniciativa, pois se trabalhou apenas com uma parcela restrita desses indivíduos.

A partir dos depoimentos dos adolescentes, foram construídos três temas centrais: a importância do projeto, o relacionamento com a Equipe Pedagógica e a repercussão do projeto na vida cotidiana.

O primeiro tema central diz respeito à importância do projeto no momento da hemodiálise. Ao apresentarem os seus pontos de vista acerca do projeto, os entrevistados sempre pontuavam a dificuldade em dar continuidade aos seus estudos como uma das perdas mais significativas para o paciente renal crônico.

“Antes eu ia pra escola. Hoje eu não estudo. Eu deixei de estudar só por causa da doença porque eles não aceitam... A cada três vezes na semana, eu só estudava um dia. E tem que ser direto”.(J.B.R.F. 14 anos).

Esse fato aponta para uma impossibilidade existente na rotina desses pacientes, o que reforça o caráter de dependência do

tratamento, bem como a exclusão de atividades habituais presentes na vida de qualquer jovem.

Em relação ao impacto do projeto propriamente dito, os entrevistados ressaltaram a importância dessa iniciativa para a rotina da clínica no momento da hemodiálise. Relataram que esse trabalho colabora para amenizar o impacto clínico e psicológico negativo proporcionado pelo tratamento. Por meio das atividades lúdicas e pedagógicas, a monotonia do longo período de inatividade é quebrada, contribuindo assim para a redução de alguns fatores clínicos e emocionais presentes no momento da hemodiálise.

“Eu acho legal e também gosto muito e é muito importante para nós porque enquanto elas estão ensinando a gente, o tempo de diálise passa mais rápido e a gente não passa mal porque estamos distraídas” (S.R.S., 15 anos). “O projeto mudou bastante a nossa rotina de diálise, pois a diálise atrapalha bastante o nosso dia a dia, principalmente na área escolar. Hoje estamos mais envolvidos e não percebemos o tempo passar e isso diminui o nosso mal estar e a nossa ansiedade pela saída” (R.F.R.S., 18 anos).

No que se refere ao relacionamento com a equipe pedagógica, observou-se uma estreita ligação entre professores e alunos. Pelos depoimentos pode-se perceber que essa vinculação transcende os aspectos eminentemente pedagógicos proporcionando o desenvolvimento de uma relação afetiva que contribui de forma positiva para melhorar a motivação para o tratamento e fortalecer a autoestima dos beneficiados.

“(…) as professoras são maravilhosas. Elas brincam com a gente, ensinam; quando alguém está aniversariando, elas fazem uma comemoraçãozinha e tudo isso que elas fazem é com amor e tudo que

vem com amor nós adoramos, porque nesse momento de nossas vidas precisamos de amor e carinho e isso pode ter certeza que todos da clínica e o pessoal do projeto dão. Com eles, a gente se desliga um pouco desse sofrimento” (S.R.S., 15 anos).

Em relação à repercussão do projeto na vida cotidiana, observou-se que as atividades desenvolvidas num clima de compreensão e carinho propiciam o surgimento de sentimentos de aceitação que impulsionam os adolescentes a criarem seus projetos pessoais. Como consequência da maior adaptação e motivação para o tratamento, o adolescente atinge uma visão concreta e mais otimista de suas perspectivas futuras relativas ao seu crescimento pessoal e profissional.

“(...) eu estou me achando muito melhor do que antes, eu conheci muitas pessoas e aprendi a ler; só não sei escrever muito bem ainda, mas eu vou aprender, se Deus quiser” (R.B.P., 17 anos).

“Eu tenho um sonho e quero conquistá-lo. Eu vou conquistar tudo o que eu quero, quero ser médica, não só por ser uma profissão boa, mas porque gosto da profissão de médico de ajudar as pessoas. (...) Eu estou estudando, fazendo os exames para o transplante, porque se eu não fizer os exames, eu nunca vou transplantar. Eu tenho certeza que, se eu estudar e me dedicar, vou ser uma boa profissional do jeito que pretendo ser um dia” (R.F.R.S., 18 anos).

A partir dos depoimentos levantados podemos perceber como os adolescentes entrevistados avaliam o Projeto “Crianças e adolescentes com insuficiência renal crônica interagem em educação e saúde na descoberta do aprender” desenvolvido nas Clínicas: Instituto do Rim e Instituto de Doenças Renais.

A análise do material mostra, com relação à importância do projeto, um reconhecimento por parte dos jovens pesquisados, da relevância das atividades desenvolvidas pelo trabalho, não só no sentido de transmissão dos conteúdos, mas primordialmente na melhora da autoestima e conseqüente aceitação do tratamento hemodialítico. Embora não tenha sido o enfoque principal desta pesquisa, vale ressaltar que, desde a sua implementação, o projeto já alfabetizou várias crianças e adolescentes, o que vem legitimar seus propósitos de aquisição de conhecimentos formais.

O aspecto referente ao relacionamento entre alunos e professores nos conduz a conclusões evidentes de que existe uma ligação afetiva muito estreita entre os ensinantes e aprendentes. Essa solidez de sentimentos contribui para que o trabalho se desenvolva de maneira satisfatória, proporcionando assim, benefícios educacionais e emocionais aos alunos implicados no projeto.

Quanto às repercussões do projeto na vida cotidiana, ficou evidente que o apoio, a compreensão e o compromisso envolvidos nessa ousada proposta educacional contribuíram para que os jovens vislumbrassem novas possibilidades em suas vidas, configurando assim, um novo sentido na sua condição de paciente renal crônico.

Os resultados apresentados por intermédio do projeto levaram os dirigentes da clínica e todo o seu *staff* a visualizar a necessidade de investir na humanização do atendimento da clientela – crianças, jovens e adultos. A partir desse empreendimento outras iniciativas já foram executadas (dia das mães, festas juninas, dia das

crianças) com o intuito de abrandar a realidade desses pacientes e proporcionar-lhes uma melhor qualidade de vida.

Os resultados altamente positivos do projeto podem ser aferidos pelos quadros demonstrativos abaixo:

Relação de atendimento na clínica (IR, IDR, Policlínica)– 2012

MÊS	Quantidade de atendimento
JANEIRO	115
FEVEREIRO	115
MARÇO	115
ABRIL	115
MAIO	115
JUNHO	123
JULHO	123
AGOSTO	130
SETEMBRO	130
OUTUBRO	130
NOVEMBRO	130
DEZEMBRO	130
Total	1.471

Referências Bibliográficas

MELETI M. R. O Paciente em hemodiálise. In: *A Psicologia no Hospital*. São Paulo: Traço, 1988.

LIMA, M.G. Pacientes renais crônicos: aspectos psicológicos. In: *Jornal Brasileiro de Medicina*. Vol. 45, no. 1- julho, 1983. p. 24 – 27.

PALOMBINI, D.V.; MANFRO, R.C.; KOPSTEIN, J. Aspectos emocionais dos pacientes em hemodiálise crônica. In: *Rev Ass Méd Brasil* – Vol 31, no. 5/6 – mai/jun, 1985. p. 81-84

GONZALEZ REY, F. *La investigación cualitativa en psicología: rumbos y desafíos*. São Paulo: EDUC, 1999.

DAUGIRDAS, J. T.; ING, T.S.. Psychology and rehabilitation. In: *Handbook of Dialysis*. 1a. Ed. USA: Little-Brown, 1988.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Tradução: Vamireh Chacon. Brasília: UnB, 1981.

CARBONARI, Maria Elisa Ehratdt; PEREIRA, Adriana Camargo. *A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade*. Set. 2007, on line.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

Esse Rio é Minha Rua: a extensão universitária como instrumento de desenvolvimento sustentável de comunidades ribeirinhas na Amazônia

Ana Luisa da Veiga Aguiar Rios¹

Fernanda Coelho Borges²

Marcella Martins Giordano³

Meline Lisbôa Pereira⁴

Thais de Melo Ramos⁵

Resumo

Esse Rio é Minha Rua é um projeto de extensão universitária que tem como objetivo geral fortalecer comunidades ribeirinhas, por meio do empreendedorismo e da criação de uma cooperativa, visando ao melhor aproveitamento dos recursos naturais de maneira sustentável. O projeto atua nas comunidades de Bom Jardim e Igarapé do Cabresto, ambas situadas no município de Barcarena

¹ Graduanda do 8.º período de Engenharia de Produção, Cesupa. analuisa.aguiar.rios@gmail.com

² Graduanda do 8.º período de Engenharia de Produção, Cesupa. fernanda_borges88@yahoo.com

³ Graduanda do 8.º período de Direito, Cesupa. marcella.giordano@hotmail.com

⁴ Bacharel em Contabilidade, Cesupa. Meline.Lisboa@hydro.com

⁵ Graduanda do 4.º período de Engenharia de Produção, Cesupa. thaiismeloo@hotmail.com

(PA). As técnicas para a aplicação do projeto foram divididas nas seguintes fases: diagnóstico do *locus* de atuação, análise de dados, planejamento, assistência na saúde e capacitação dos membros da comunidade. Os resultados se verificam em seis vertentes: inserção no mercado, conscientização ambiental, capacitação técnica, organização da comunidade, qualidade de vida e extensão. Apesar de estar em fase de desenvolvimento, pode-se afirmar que o projeto garantiu ganhos positivos, tanto para a comunidade, como para os alunos envolvidos.

1. Introdução

O Brasil contempla realidades sociais, econômicas e ambientais diversas, principalmente a região Norte do país, na qual está situada a maior parte da Amazônia. A região amazônica é rica em diversos recursos naturais e abriga uma população que utiliza os rios para transporte, lazer e fonte de renda. Entretanto, os ribeirinhos sofrem com a precária ou ausente estrutura pública local e com a baixa formação profissional que os impede de, por meios próprios, conquistar direitos básicos como água potável, saneamento, educação e saúde, principalmente em decorrência das distâncias entre as comunidades ribeirinhas e as cidades.

Nesse contexto encontram-se as comunidades ribeirinhas de Bom Jardim e Igarapé do Cabresto, ambas situadas no município de Barcarena (PA), escolhidas como *locus* para o desenvolvimento de projetos de extensão universitária, uma vez que tais localidades nunca foram beneficiadas por qualquer ação voltada para a melhoria

da qualidade de vida, formação profissional e geração de renda. Vale ressaltar que a cidade de Barcarena é um importante polo industrial, onde é realizado o beneficiamento e exportação de minérios, comprovando que o município apresenta condições para se desenvolver e investir nessa população. No entanto, isso não ocorre.

A partir dessa realidade, surgiu no Núcleo Integrado de Empreendedores Juniores (Niej) do Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa) o *Projeto Esse Rio é Minha Rua*, com o objetivo de fortalecer as comunidades beneficiadas a partir do aproveitamento dos recursos naturais da região de maneira sustentável, potencializando a geração de renda e melhorando a qualidade de vida dos moradores e das futuras gerações. Em 2013, o projeto completou quatro anos, com a participação de alunos das áreas de: ciências sociais aplicadas; exatas e tecnologia; ambientais e saúde, e atua em seis eixos: inserção no mercado, conscientização ambiental, capacitação técnica, organização da comunidade, qualidade de vida e extensão.

Este artigo tem como objetivo geral relatar a trajetória do *Projeto Esse Rio é Minha Rua* e os resultados obtidos.

2. Referencial teórico

2.1 Empreendedorismo social

O empreendedorismo, como uma área de negócios, busca entender como surgem as oportunidades para criar algo novo (novos produtos ou serviços, novos mercados, novos processos de produção ou matérias-

primas); como são descobertas ou criadas por indivíduos específicos que, a seguir, usam meios diversos para explorar ou desenvolver essas coisas novas, produzindo assim uma ampla gama de efeitos. (SHANE; VENKATARAMAN 2006).

Dessa forma, o empreendedorismo engloba desde a idealização do produto ou serviço até a entrega ao consumidor, além do mesmo visar à maximização e preenchimento de falhas do mercado (AMÂNCIO, 2008; VALE, 2008; WILKINSON, 2008). Nesse sentido, a imagem do empreendedor é diretamente vinculada ao ambiente empresarial privado; entretanto, existe o empreendedorismo social. É uma liderança diferenciada, pois são incorporadas soluções de problemas sociais, sendo essa a principal diferença entre o empreendedorismo privado e do empreendedorismo social (MELO NETO; FROES, 2002, p. 9).

De acordo com Dornelas (2007), o empreendedor social tem como missão de vida construir um mundo melhor para as pessoas. Envolve-se em causas humanitárias com comprometimento singular. Tem um desejo imenso de mudar o mundo criando oportunidades para aqueles que não têm acesso a elas. Suas características são similares às dos demais empreendedores, mas a diferença é que se realiza vendo seus projetos trazerem resultados para os outros e não para si próprio. Os empreendedores sociais são um fenômeno mundial e, principalmente em países em desenvolvimento, como o Brasil, têm um papel social extremamente importante, já que por meio de suas ações e das organizações que criam, preenchem lacunas deixadas pelo poder público. De todos os tipos de empreendedores, o social é o único que não busca desenvolver

um patrimônio financeiro, ou seja, que não tem como um de seus objetivos ganhar dinheiro. Prefere compartilhar seus recursos e contribuir para o desenvolvimento das pessoas.

Quadro 1 – Empreendedorismo privado x empreendedorismo social

Empreendedorismo privado	Empreendedorismo social
1. É individual	1. É coletivo
2. Produz bens e serviços para mercado	2. Produz bens e serviços para a coletividade
3. Tem foco no mercado	3. Tem foco na busca de soluções para problemas sociais
4. Sua medida de desempenho é o lucro	4. Sua medida de desempenho é impacto social
5. Visa a satisfazer necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades do negócio	5. Visa a resgatar pessoas da situação de risco social e promovê-las

Fonte: Melo Neto e Froes (2002)

Segundo Ashoka e MiKinsey (2001), o empreendedorismo social possui um ciclo de vida diferenciado, pois suas estruturas e ferramentas são próprias. O processo tem uma perspectiva de solucionar uma causa social, e em seguida, passar pela fase de testes e aplicação do projeto na comunidade ou pessoas beneficiadas. Apesar das diferenças, o empreendedorismo social e o empreendedorismo empresarial possuem características semelhantes tais como: aumento de demanda comercial, obtenção de recursos e transformação de ideias em serviços ou produtos.

2.2 Cooperativismo

Em 1948, até o advento do Congresso da Aliança Cooperativista Internacional em Praga, não havia definição certa para uma sociedade cooperativa. No referido congresso a situação mudou, deixando a definição estipulada da seguinte maneira:

Será considerada como cooperativa, seja qual for a constituição legal, toda associação de pessoas que tenha por fim a melhoria econômica e social de seus membros pela exploração de uma empresa baseada na ajuda mínima e que observe os princípios de Rochdale. (POLÔNIO, 1999, p. 19).

A cooperativa de Rochdale, fundada na Inglaterra por 28 tecelões no ano de 1844, foi considerada como o grande marco para o movimento cooperativista, considerando que no período de 6 anos já havia adquirido sua primeira indústria e em 1854 já contava com 900 associados. De tal sorte que, para Nascimento (2000), a disseminação das ideias que nortearam a atuação desses tecelões foi fundamental para uma reflexão sobre o rumo do cooperativismo, cujas ideias podem ser usadas como forma de parâmetro para avaliar o alcance dos objetivos das cooperativas atuais. Porém, o autor mostra sua preocupação ao afirmar que:

É preocupante o que vem acontecendo nos últimos anos com o cooperativismo de forma geral, principalmente, com o chamado segmento trabalho, onde se observa a proliferação de empresas distanciadas da boa doutrina e da teoria que ignoram a existência de referenciais normativos necessários à sua adequada prática, apesar de denominadas cooperativas. (NASCIMENTO, 2000, p.3).

Atualmente, Young (2007, p. 17) caracteriza uma cooperativa pela “interligação, sem visar ao lucro, entre o tomador de serviços e os cooperados que irão executá-los,” ou seja, compreendendo a cooperativa como uma sociedade de pessoas, e não apenas voltada ao lucro, mesmo que ao final também possua finalidades econômicas e sociais. A ideia do lucro é vista de forma afastada, pois, para a autora, o objetivo das cooperativas seria que os cooperados assumissem o papel de sócios, usuários e clientes, de forma simultânea, eliminando a figura do intermediário, o qual visa, especificamente, apenas ao lucro da atividade envolvida.

Corroborando com essas ideias, Prado (2004, p. 80) define cooperativa como sendo uma “sociedade de pessoas, de cunho econômico e social, sem fins lucrativos, criada e mantida rigidamente de acordo com os princípios que lhe são próprios para prestar serviços aos sócios.” Tais princípios são os mesmo declarados em 1844 no Estatuto Social da Cooperativa e seguidos pela cooperativa de Rochdale, no qual também serviram como base para os estabelecidos em 1966 pela Aliança Cooperativa Internacional, sofrendo, apenas, pequenas adaptações para não perderem sua contemporaneidade. São eles: adesão voluntária e livre; gestão democrática e livre; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; e, por fim, interesse pela comunidade.

Além dos princípios, as cooperativas também se baseiam nos valores do cooperativismo, que estão pautados na ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Além, de contar com os devidos valores éticos de honestidade,

transparência, responsabilidade social e preservação do ambiente para o desenvolvimento sustentável que devem partir dos cooperados.

Na visão de Souza (2008), são esses princípios e valores que baseiam toda a atuação das cooperativas; são eles que representam os fundamentos do cooperativismo como forma de evolução do homem, ou seja, como visam ao desenvolvimento da democracia, da igualdade, da autonomia e da independência dos cooperados, proporcionam um crescimento pessoal para os mesmos.

Com relação à evolução e sobrevivência do cooperativismo no mercado, para Machado Filho (2004), depende, diretamente, da profissionalização, transparência e praticidade das cooperativas, já que atualmente, o mercado é altamente competitivo e dinâmico. Portanto, o objetivo de uma cooperativa é tentar competir de forma igual com empresas que atuam na área do comércio, buscando não apenas a eficiência social, mas principalmente a eficiência econômica. Para finalizar, o autor acredita que é a disposição atual do mercado que impulsiona as cooperativas a se adaptarem em relação à sua estrutura e organização, de forma que não percam espaço para a concorrência.

Em contraponto a essa ideia, Albano (2001) defende uma implementação de processo administrativo estratégico nas cooperativas. Para o autor, deveria existir a aplicação de um planejamento estratégico nas atividades desenvolvidas por essas cooperativas, principalmente nas atividades relacionadas com a tecnologia de informação, pois é o planejamento dessa área que deveria sustentar todas as ações da cooperativa, ou seja, vincular

completamente essa tecnologia de informação no desenvolvimento da cooperativa.

2.3 Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade

A definição mais comumente aceita para sustentabilidade é a criada em 1987, na Comissão Brundtland, que determina que o desenvolvimento sustentável é aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”. Já a sustentabilidade empresarial, segundo o Instituto Ethos, consiste em “assegurar o sucesso do negócio a longo prazo e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, um meio ambiente saudável e uma sociedade estável”.

Todavia, o conceito de responsabilidade social empresarial ainda contempla a relação da empresa com seus diversos públicos de interesse, conforme expresso na definição do Instituto Ethos:

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Atualmente é possível notar um grande número de empresas preocupadas em entender seus conceitos e incorporá-los à sua realidade, mudando sua cultura empresarial, seus processos, produtos, modelos de negócios, revisando seus paradigmas e

aderindo os princípios de sustentabilidade em suas políticas e atividades.

Dessa forma, para que as organizações possam cooperar para a sustentabilidade, precisam construir sistemas de produção que não causem impactos negativos e que contribuam para a recuperação de áreas degradadas ou ofereçam produtos e serviços capazes de melhorar a *performance* ambiental dos consumidores (CORAL, 2002). Com o intuito de demonstrar um compromisso de forma efetiva para o desenvolvimento sustentável, Coral (2002, p. 129) apresenta um modelo de sustentabilidade a ser aplicado pelas empresas, conforme consolidado no Quadro 2.

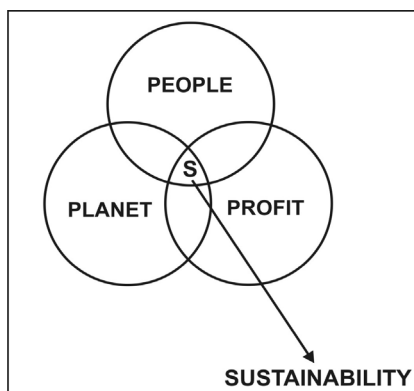
Quadro 2 - Modelo de sustentabilidade empresarial

Modelo de sustentabilidade empresarial		
Sustentabilidade ambiental	Sustentabilidade econômica	Sustentabilidade social
Atendimento à legislação	Estratégias de negócios	Assumir responsabilidade social
Impactos ambientais	Foco recursos humanos	Compromisso com o desenvolvimento dos
Produtos ecologicamente corretos	Mercado	Promoção e participação em projetos de cunho social
Reciclagem	Qualidade e custo	Suporte no crescimento da comunidade
Tecnologias limpas	Resultado	
Tratamento de efluentes e resíduos Utilização sustentável de recursos naturais	Vantagem competitiva	

Fonte: Adaptado pelos autores a partir de Coral (2002).

Pode-se dizer que o conceito de sustentabilidade empresarial está associado ao *Tripple Bottom Line*, um modelo que dimensiona a sustentabilidade em três aspectos, determinando que a empresa deve administrar seus resultados, focando não só no resultado econômico, mas também no resultado ambiental e social. É válido ressaltar que esse modelo, apresentado na Figura 1, ganhou repercussão mundial, sendo amplamente aceito nos meios empresariais e acadêmicos.

Figura 1 – Modelo *Tripple Botton Line*



Fonte: Elaborado pelos autores, 2013.

A primeira dimensão representada pela palavra *People* refere-se ao tratamento do capital humano de uma empresa ou sociedade. Além de salários justos e estar adequado à legislação trabalhista, é preciso pensar em outros aspectos como o bem estar dos seus funcionários, propiciando, por exemplo, um ambiente de trabalho agradável, focado na saúde do trabalhador e da sua família. Além disso, é imprescindível ver como a atividade econômica afeta as comunidades ao redor.

A segunda dimensão representada pela palavra *Planet*, por sua vez, refere-se ao capital natural de uma empresa ou sociedade. É o pilar ambiental do tripé. Aqui, assim como nos outros itens, é importante pensar no pequeno, médio e longo prazos. A princípio, praticamente toda atividade econômica tem impacto ambiental negativo. Nesse aspecto, a empresa ou a sociedade deve pensar nas formas de amenizar esses impactos e compensar o que não é possível amenizar.

A terceira e última dimensão do modelo é representada pela palavra *Profit*, que trata do lucro, ou seja, o resultado econômico positivo de uma empresa. Quando se leva em conta o *triple bottom line*, esse pilar do tripé deve levar em conta os outros dois aspectos, ou seja, se qualquer um desses componentes não for sustentável, o desenvolvimento geral também não o será.

3. Metodologia

3.1 Classificação metodológica

De acordo com Silva e Menezes (2005), existem várias formas de classificar uma pesquisa, tanto do ponto de vista da sua natureza como do ponto de vista da abordagem do problema. Neste artigo, o tipo de pesquisa é aplicada, pois sua finalidade é gerar conhecimento para aplicações práticas nas soluções dos problemas identificados, visto a aplicação dos conhecimentos para melhoria de vida das comunidades aqui referidas. A abordagem do problema é qualitativa, pois utiliza instrumentos da comunidade beneficiada

como fonte de coleta de dados de caráter descritivo. Além disso, este artigo é fruto de uma pesquisa-ação realizada ao longo de quatro anos nas comunidades ribeirinhas.

3.2 Descrição das etapas da pesquisa

O desenvolvimento do projeto envolveu as seguintes fases:

a) Fase 1 – Diagnóstico do *locus* de atuação do projeto

Dentro do universo das comunidades ribeirinhas da região metropolitana de Belém, foram escolhidas aquelas que são mais esquecidas pelas autoridades locais, ou seja, as que não têm saneamento, energia elétrica, auxílio à saúde e de difícil obtenção de renda. Dentre as demais comunidades que atendem a este perfil, destacam-se as comunidades de Bom Jardim e do Igarapé Cabresto, distantes entre si 45 minutos de barco, escolhidas para a realização desta ação.

A finalidade foi identificar o perfil econômico e social da comunidade baseado nos problemas vivenciados por eles e relatados em entrevistas estruturadas e informais. Dessa forma, na entrevista estruturada foram recolhidos os seguintes dados: sexo, idade, fonte de renda, renda mensal, grau de inclusão na sociedade, através de documentos pessoais (certidão de nascimento, RG e CPF) e nível de escolaridade. Para a entrevista informal de dados foram realizadas dinâmicas, nas quais os mesmos relatavam quais eram as suas prioridades, e dentre elas as mais recorrentes foram: saúde, educação e segurança.

b) Fase 2 – Análise de dados

Na fase de diagnóstico foram recolhidos 450 questionários, os dados informados foram tabulados e analisados pela equipe a fim de traçar o perfil da comunidade e verificar quais eram as reais necessidades dos moradores. Concluído esse levantamento, foi possível planejar as ações do projeto, de acordo com as necessidades dos comunitários.

c) Fase 3 – Planejamento

A partir da análise de dados foi realizado o planejamento com os seguintes objetivos específicos:

- i. Promover capacitação em gestão de empreendimentos comunitários, em técnicas de produção e de comercialização e na formação de multiplicadores;
- ii. Complementar a formação teórica dos alunos do Cesupa com aplicações práticas, desenvolvendo assim novas perspectivas, contribuindo para a formação de um espírito empreendedor, crítico e analítico, subsidiando dados para futuras pesquisas;
- iii. Mobilizar e integrar alunos e professores de diferentes áreas do conhecimento;
- iv. Realizar módulos de capacitação/treinamento para diretoria e seus cooperados;
- v. Assessorar as comunidades na prospecção dos seus negócios;
- vi. Construir a sede da cooperativa/centro de treinamento na comunidade;

- vii. Promover parcerias com outras instituições;
- viii. Desenvolver estratégias de marketing que valorizem o trabalho da comunidade perante o mercado;
- ix. Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades; intermediar o relacionamento das comunidades com organizações civis que atuem na promoção de assistência social; melhorar o desempenho funcional dos produtores, por meio de uma adequada ergonomia do trabalho e do repasse de técnicas de ginástica laboral;
- x. Desenvolver um Programa de Práticas Ambientais que visa a estimular a educação ambiental da cooperativa e seu entorno em prol do desenvolvimento sustentável da região;
- xi. Promover o bem estar por meio de práticas nos três níveis de atenção à saúde;
- xii. Realizar módulos de exames para traçar um perfil epidemiológico da região;
- xiii. Fornecer módulos com equipe de saúde a fim de minimizar possíveis riscos e patologias encontradas na comunidade.

d) Fase 4 – Assistência na saúde

O projeto iniciou suas ações pelo eixo da saúde, devido às precárias condições que as comunidades se encontravam. Foram realizados cursos de fisioterapia, enfermagem, medicina, farmácia, nutrição e odontologia, presentes na instituição, e fornecidos módulos de saúde com assistência médica, vacinação e conscientização

de cuidados com a saúde. Tais ações foram fundamentais para conquistar a confiança imediata da comunidade com o fim de viabilizar rapidamente a implantação do projeto.

e) Fase 5 – Capacitação dos membros da comunidade

A capacitação dos membros da comunidade visou a permitir o empoderamento dos mesmos. Para isso foram realizadas palestras, dinâmicas, cursos específicos e acompanhamento das atividades semanalmente. Além disso, procurou-se promover maior assistência na saúde, com o propósito de acompanhar e garantir condições mínimas para a melhoria da qualidade de vida dessa comunidade. Outro aspecto importante do projeto foi o desenvolvimento de práticas ambientais educativas para adultos e crianças, com o intuito de mobilizá-los e conscientizá-los com atitudes de preservação e sustentabilidade do meio ambiente e dos recursos naturais.

Os assuntos abordados em todo o programa de capacitação foram elencados de forma coletiva, respeitando-se as demandas e os limites da comunidade, identificados por meio de visitas feitas às mesmas. Nesse sentido, o projeto baseou-se na metodologia dialógica, preconizada por Paulo Freire (1977), uma vez que as experiências e repertório do público beneficiado foram considerados em todas as etapas. Portanto, as experiências de cada aluno facilitaram a assimilação dos conteúdos, à medida que a teoria e a prática foram repassadas sob a modalidade da construção coletiva. Essa metodologia é validada e foi aplicada com êxito anteriormente pela equipe do Núcleo Integrado de Empreendedores Juniores (Niej) em outras comunidades (ABRAHIM; BOULHOSA; MONTEIRO;

SASTRE, 2008 & ABRAHIM; BOULHOSA; REYMÃO, 2006).

Deve-se observar, no entanto, que a equipe do projeto teve a responsabilidade de assessorar os membros da comunidade dentro do cenário de mercado, pois a capacitação da comunidade, restrita às suas próprias vontades, não teria o alcance da dinâmica de mercado e atendimento das exigências do consumidor. Dessa forma, as ações que nortearam o projeto foram pautadas na flexibilidade necessária às transformações do ambiente de negócios.

4. Resultados

O diagnóstico foi iniciado em abril e maio de 2010, quando foram aplicados 450 questionários junto às comunidades, e que representou o exato número de moradores distribuídos em 105 famílias, sendo 56% do gênero masculino e 44% do feminino.

A partir do diagnóstico, identificou-se que o índice de analfabetismo era de 51%, consequência da baixa qualificação das professoras da região, falta de estrutura física das escolas da comunidade e difícil acesso àquelas que oferecem uma estrutura melhor. Como resultado da falta de preparo, a família dependia de uma renda de cerca de R\$402,00, que era proveniente apenas de um membro familiar, não suprindo todas as necessidades do lar.

A faixa etária concentrava-se em 41% entre zero e 14 anos; em, 27% entre 15 e 20 anos; em 12% entre 31 e 40 anos; em 8% entre 41 e 50 anos; em 5% entre 51 e 60 anos; e em 4% a pessoas

com mais de 61 anos. Percebeu-se, portanto, que se trata de uma população prioritariamente jovem, com recorrente incidência de gravidez na adolescência. Convém destacar que 3% desconhecem sua idade em virtude da falta de registro de nascimento; 11% são desprovidos de certidão de nascimento; 40% de RG; e 35% de CPF.

Nesse levantamento de dados verificou-se que as comunidades têm como atividade o cultivo do açaí, sendo a principal fonte de renda e representando também a base alimentar das famílias. No entanto, a sazonalidade desse fruto reflete em forte oscilação no nível de renda dos ribeirinhos, fazendo com que as comunidades tenham como atividade secundária a produção de cacau. Após a colheita, os produtos são vendidos nas feiras de Belém (PA) e Barcarena (PA), de acordo com o questionário de caráter econômico aplicado, os frutos são vendidos, em média, a R\$ 50,00 na safra, e a R\$130,00 na entressafra.

No período da safra do açaí, em que a produção é abundante e permite atender à demanda dos seus compradores devido às terras da região Amazônica serem férteis, os produtores disputam esse mercado, no qual ocorre a queda no preço. Já no período da entressafra, a oferta não atende à demanda e o preço do açaí encontra-se elevado, chegando até ao triplo do valor quando comparado ao período da safra.

Após a análise dos resultados e de relatos da comunidade um planejamento começou a ser realizado a partir dos objetivos de vida e restrições da própria comunidade. Portanto, o projeto foi estruturado em 13 objetivos específicos divididos em 8 áreas de atuação.

Atualmente pode-se considerar, diante das ações realizadas no *Projeto Esse Rio é Minha Rua*, resultados em 6 eixos principais: inserção no mercado, conscientização ambiental, capacitação técnica, organização da comunidade, qualidade de vida e extensão. Abaixo serão detalhados os resultados de acordo com essa separação.

a) Inserção no mercado

Como forma de capacitação aos cooperados, foram realizados encontros com profissionais das áreas de marketing, recursos humanos e finanças, para ensiná-los conceitos básicos e aplicabilidade no mercado. Foram realizadas ainda visitas nos principais pontos de venda de açaí de Belém, capital do Estado do Pará, quando os cooperados buscaram entender as necessidades do mercado e divulgar o trabalho da cooperativa, que ainda está em fase de legalização.

Além disso, com o objetivo de estreitar relações e fidelizar clientes, os cooperados realizaram uma pesquisa de mercado nas feiras onde realizam a venda do açaí. Em seguida, foi elaborado e aplicado um questionário aos clientes, com o auxílio e monitoramento dos acadêmicos do Cesupa.

b) Conscientização ambiental

Para o desenvolvimento da conscientização ambiental dos moradores, foram realizados cursos como o *Mobílias Pet* que visava à diminuição da quantidade de garrafas desperdiçadas,

conscientizando a população, confeccionando móveis e ajudando a mobiliar suas casas. Para a sua realização, foram realizadas campanhas para arrecadação das garrafas, não somente nas comunidades, mas também na capital, por meio de condomínios e locais de alto consumo de produtos com essa embalagem.

Foram ministradas palestras aos adultos e crianças dos conceitos de resíduos orgânicos e inorgânicos, importância da correta destinação e da coleta seletiva. Ademais, foi realizada uma pequena oficina de reciclagem para as crianças com garrafas Pet e caixas de leite transformadas em minissacolas.

c) Capacitação técnica

Na busca do desenvolvimento do aprendizado em gestão, o projeto aplicou conceitos do sistema de qualidade total baseado no modelo de excelência em gestão do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), com o propósito de empoderar os cooperados no gerenciamento da cooperativa, identificar os pontos fortes, oportunidades, fraquezas e ameaças para o negócio e a construção do planejamento de forma participativa, utilizando recursos simples e didáticos.

Com o intuito de aumentar a produção e melhorar o tratamento do plantio dos açazais dos cooperados, foi realizado um curso de manejo orgânico ministrado por um profissional da área de açazais nativos de várzea, e foram disponibilizadas cartilhas elaboradas pelo ministério da agricultura sobre o tema e entregues planilhas para o controle da produção mensal.

d) Organização da comunidade

A comunidade foi organizada em forma de associação para que seus moradores conseguissem ter mais representatividade perante a sociedade e defender seus interesses, assim como para poder levar adiante uma atividade social. A partir da associação, alguns objetivos traçados já foram alcançados pelos moradores, como as escolas da comunidade que passaram a funcionar de forma regular e correta e a disponibilização de comprovante de residência que eles não obtinham e isso os impedia de serem atendidos nos hospitais.

Uma conquista do projeto foi a posterior formação de uma cooperativa dos moradores, que poderão desenvolver uma atividade comercial, em média ou grande escala de forma coletiva, e retirar dela o próprio sustento. Portanto, os acadêmicos de Ciências Contábeis, Direito e Engenharia de Produção, viabilizaram a legalização da Associação, e promoveram oficinas e treinamentos para capacitar os moradores, demonstrando todo o funcionamento dessas organizações e auxiliando no processo de legalização da cooperativa.

e) Qualidade de vida

As ações desenvolvidas beneficiaram os associados e seus familiares, por meio de módulos que abordaram: saúde, por meio de palestras e consultas em diversas áreas (Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Odontologia) com distribuição

de medicamentos de acordo com a necessidade; planejamento estratégico e gestão com pessoas; treinamento na área agrícola dos principais frutos da região, cacau e açaí; economia doméstica e otimização dos custos domésticos/logísticos; gestão associativista; segurança no trabalho; conscientização ambiental e técnicas de artesanato.

f) Extensão

O *Projeto Esse Rio é Minha Rua* ajudou a complementar a formação teórica dos acadêmicos do Cesupa, com aplicações práticas, desenvolvendo assim novas perspectivas, contribuindo para a formação de um espírito empreendedor, crítico e analítico, subsidiando dados para futuras pesquisas. A partir do projeto, os alunos puderam colocar em prática conhecimentos adquiridos em sala de aula, trocar experiências com outros profissionais de outras áreas de atuação.

5. Conclusão

Apesar do projeto ainda estar em fase de desenvolvimento das atividades planejadas, estão sendo realizadas ações que conseguem fortalecer as comunidades beneficiadas a partir do aproveitamento dos recursos naturais da região de maneira sustentável, ampliando a consciência socioambiental dos cooperados, melhorando a qualidade de vida dos moradores, por meio do aumento do desempenho funcional dos produtores, das intervenções fisioterapêuticas e dos atendimentos de saúde prestados à comunidade.

Como a cooperativa ainda não está em fase de comercialização do produto, o incremento da renda até o momento deve-se ao fato do aumento da produção dos cooperados, de forma individual, provocado pela melhoria do tratamento do plantio, com os treinamentos e palestras voltados para o manejo e tratamento do açaí.

Não obstante, as ações já desenvolvidas permitiram que fosse observado o sentimento de corresponsabilidade da comunidade em relação à realização do projeto e que, uma vez capacitados, os moradores se comprometeram a gerenciar a cooperativa em grupo. Tendo em vista esse cooperativismo, considera-se que os treinamentos, as capacitações e a assessoria que serão fornecidas serão elementos que propiciarão para a comunidade os meios de dar continuidade às atividades e práticas gerenciais por conta própria. Para tanto, desde o início, buscou-se empoderar o público-alvo, visto que o projeto tem prazo de conclusão, logo é fundamental que a comunidade esteja preparada para manter sua vida após a finalização do trabalho.

Portanto, espera-se alcançar a sustentabilidade financeira, por meio da comercialização do açaí e também do fundo de reserva destinado a manter a cooperativa dos produtores. É válido destacar que os resultados do Projeto possibilitaram ganhos para todos os envolvidos: para a comunidade, que é a principal beneficiada; para os alunos e professores, pois os mesmos têm a oportunidade de complementar a formação teórica, adquirir novos conhecimentos e experiências; e para a própria IES, que desponta como um centro de referência no desenvolvimento de projetos comunitários.

6. Referências Bibliográficas

ALBANO, Claudio Sonaglio. Adoção de novas tecnologias da informação: um estudo de problemas e ações nas cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul. *XXV Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração – Enampad*, 2001, Campinas.

ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; MACKISEY E CIA. INC. *Empreendimentos sociais sustentáveis*. São Paulo: Peirópolis, 2001

CORAL, E. *Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial*. 2002. 282 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

INDRIUNAS, LUIS. *Como funciona o desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <<http://ambiente.hsw.uol.com.br/desenvolvimento-sustentavel.htm>>. Acesso em: 10 de ago.2013, 10:30:20.

INSTITUTO ETHOS. *Conceitos básicos e indicadores de responsabilidade social empresarial*. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.

MACHADO FILHO, Cláudio A. Pinheiro et al. Gestão estratégica em cooperativas agroindustriais. *Caderno de Pesquisas em Administração*. São Paulo, v. 11, nº 2, p. 61-69, abril/junho 2004.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César.

Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável.
Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MOREIRA, Vilma; VIDAL, Francisco Antonio Barbosa; FARIAS, Iracema Quintino. *Empreendedorismo social e economia solidária: um estudo de caso da Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável da Comunidade do Grande Bom Jardim.* Disponível em: http://cac-php.unioeste.br/projetos/casulo/docs/emp_soc_sol.pdf
Acesso em 14 ago 2013 às 18:04

NASCIMENTO, Fernando Rios. *Cooperativismo como alternativa de mudança: uma abordagem normativa.* Rio de Janeiro: Forense, 2000.

POLÔNIO, Wilson Alves. *Manual das sociedades cooperativas.* São Paulo: Atlas, 1999.

PRADO, Flávio Augusto Dumont. *Tributação das cooperativas à luz do Direito Cooperativo.* Curitiba: Juruá, 2004.

SOUZA, M. M. C. de. *Gestão cooperativa e desenvolvimento local: um estudo de caso na cooperativa de crédito de São Roque de Minas / Sicoob Saromcredi.* 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2008.

URSINI, Tarcila Reis, BRUNO, Giuliana Ortega. A gestão para a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. Disponível: <http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/RevistaFAT03_ethos.pdf>. Acesso em: 10 de ago.2013, 11:40:30.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. Sociedades cooperativas – resumo prático. 7 ed. Curitiba: Juruá, 2007. 300p. VALE, Gláucia Vasconcelos; WILKINSON, John. Disponível <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676564820080001000008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 14 ago. 2013 às 17:04.

Normas para apresentação de originais

A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), publicará por meio do *ABMES Cadernos*, trabalhos sobre temas e questões de interesse específico das instituições de ensino superior associadas, os quais deverão ser submetidos à aprovação da Diretoria da ABMES.

Os trabalhos devem ser inéditos e enviados para a publicação no *ABMES Cadernos*, observando as seguintes normas:

1. Título acompanhado do subtítulo, quando for o caso, claro, objetivo e sem abreviaturas;
2. Nome do autor e colaboradores por extenso, em itálico e negrito, com chamada (*) para rodapé, onde serão indicadas credenciais escolhidas pelo autor;
3. Dados sobre o autor – nome completo, endereço para correspondência, telefone, fax, e-mail, vinculação institucional, cargo, área de interesse, últimas publicações.

4. Resumo de dez linhas que sintetize os propósitos, métodos e principais conclusões.
5. Salvo casos absolutamente excepcionais e justificados, os originais não devem ultrapassar o limite de 15 a 20 páginas digitadas.
6. O texto deverá ser enviado por e-mail (abmes@abmes.org.br).
7. Os títulos e subtítulos deverão ser claramente identificados e hierarquizados por meio de recursos sucessivos de destaque, tais como: caixa alta (letra maiúscula) com sublinha; caixa alta sem sublinha; caixa alta e baixa com sublinha; caixa alta e baixa sem sublinha.
8. As citações, as chamadas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou título incluído na sentença devem ser iniciadas em letra maiúscula e as seguintes em minúscula, mas quando não houver a chamada na sentença, devem ser apresentados entre parênteses e com todos os caracteres em letras maiúsculas. Exemplo: De acordo com Barbosa (2002, p.26), "o protestantismo no Brasil foi encarado como intruso durante todo o século XIX, tanto pelos missionários que lutaram para superar as difíceis barreiras, mas principalmente pelos representantes da Igreja Romana". Ou: "O protestantismo no Brasil foi encarado como intruso durante todo o século XIX, tanto pelos missionários que lutaram para superar as difíceis barreiras, mas principalmente pelos representantes da Igreja Romana". (BARBOSA, 2002, p.26) E, ainda na citação da citação: Analisando a marcha abolicionista no Brasil, perguntou-se à época: "o que nós queremos que o Brasil se torne? Para que é que trabalhamos todos nós, os que, com a opinião dirigimos seus destinos?" (RODRIGUES, 1871 apud BARBOSA, 2002, p. 115).

9. Obras do mesmo autor e do mesmo ano devem ser ordenadas em ordem alfabética, seguidas de letras do alfabeto: 1997a, 1997b, 1997c, discriminado-as, no corpo do texto, sempre que forem citadas.
10. Notas exclusivamente de natureza substantiva devem ser numeradas seqüencialmente.
11. A primeira citação de nome ou título que tenha siglas e abreviações deverá aparecer registrada por extenso, seguido da sigla colocada entre parênteses. Se a sigla tiver até três letras ou se todas as letras forem pronunciadas devem-se gafar todas as letras da sigla em maiúsculas. Exemplo: CEF, MEC, BNDES, INSS. E as siglas de mais de três letras formando palavras devem aparecer em caixa alta e baixa. Exemplo: Unesco, Semesp, Funadesp.
12. As citações diretas, no texto, de mais de três linhas devem ser colocadas com: recuo de 4 cm da margem esquerda; fonte menor; espaço simples e sem aspas.
13. As palavras e/ou expressões em língua estrangeira devem aparecer em itálico.

Exemplos de Referências

1. Livros

DIAS, Gonçalves. *Gonçalves Dias: poesia*. Organizada por Manuel Bandeira. Revisão crítica por Maximiano de Carvalho e Silva. 11.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1983. 175p.

BARBOSA, José Carlos. *Negro não entra na igreja: espia na banda de fora*. Protestantismo e escravidão no Brasil Império. Piracicaba: Ed. Unimep, 2002. 221p.

COLASANTI, Marina. *Esse amor de todos nós*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. 231p.

OLIVEIRA, José Palazzo et al. *Linguagem APL*. Porto Alegre: CPGCC da UFRGS, 1973. 15p.

2. Artigos em revistas

MOURA, Alexandrina Sobreira de. Direito de habitação às classes de baixa renda. *Ciência & Trópico*, Recife, v.11, n.1, p.71-78, jan./jun. 1983.

METODOLOGIA do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 162, p. 323-330, abr./jun. 1980.

3. Artigos em jornais

COUTINHO, Wilson. O Paço da Cidade retorna seu brilho barroco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 mar. 1985. Caderno B, p. 6.

BIBLIOTECA climatiza seu acervo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 mar. 1985. p.11, c. 4.

4. Leis, decretos e portarias

BRASIL. Lei n.º 9.887, de 7 de dezembro de 1999. Altera legislação tributária federal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Seção 1 p.13.

5. Parte de monografias

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975. In: LIMA, O . B.; ABRANCHES, S. H. (Org.). *As origens da crise*. São Paulo: Vértice, 1987.

6. Teses, dissertações e trabalhos acadêmicos

MORGADO, M. L.C. *Reimplante dentário*. 1990. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Faculdade de Odontologia, Universidade Camilo Castelo Branco, São Paulo, 1990.

O envio de trabalhos implica cessão de direitos autorais para o *ABMES Cadernos*.

Serão fornecidos ao autor principal de cada artigo 10 (dez) exemplares do número do *ABMES Cadernos*.

Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores.

Esta obra foi composta em Univers 45 Light e impressa nas oficinas da Athalaia Gráfica e Editora Ltda, no sistema off-set sobre papel polén soft 80g/m² miolo, com capa em papel Couchê Fosco 170g/m² para a ABMES, em outubro de 2013. Athalaia Gráfica e Editora Ltda. Fone: 61 3344-1002 – Fax: 61 3344-2827 e-mail (athalaia@athalaia.com.br).